

O Congresso cumpriu o seu dever

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

A crise nos países asiáticos exigiu do Governo brasileiro medidas enérgicas para proteger o Real e evitar o retorno ao processo inflacionário que castigou tanto, no passado recente, o nosso país. O aumento da taxa de juros se, de um lado, evitou a fuga em massa dos investidores estrangeiros e sobretudo dificultou o ataque especulativo à nossa moeda, de outro aumentou a dívida pública, circunstância que demandou do Poder Legislativo a agilização de propostas que importassem, a médio e longo prazos, a redução do déficit público.

É o país não pode conviver com esse déficit que não é gerado com obras de saneamento, com a construção de escolas, projetos de saúde ou com combate ao narcotráfico, ou com programa para o Nordeste, zona semi-árida, carente de uma ação efetiva do Governo federal.

Não. O déficit público existe porque se pagam salários elevadíssimos de 30 mil a 40 mil ou aposentadorias despropositadas a uns poucos privilegiados, favorecidos por leis absolutamente injustas ou

por decisões judiciais inadequadas. Enquanto a PM de São Paulo e de outros estados pagam gordos salários, muitos servidores ou trabalhadores recebem pouco ou quase nada para seu sustento. Não é assim que se faz justiça social, não há direito adquirido contra a lei ou contra a sociedade.

Nesse contexto, era absolutamente necessário acelerar a votação e a discussão das reformas administrativa e da Previdência para impor limites à prodigalidade com os cofres públicos e para impedir o exaurimento impróprio dos recursos públicos com gastos elevados de pessoal. O Congresso aprovou no Senado e na Câmara dos Deputados, em primeiro turno, ambas as propostas, com eficiência patriótica.

Por outro lado, o aumento gradual e persistente dos índices de desemprego estava a exigir medidas rápidas do Executivo e do Legislativo. Não se trata de um problema exclusivamente nosso. A França e a Alemanha estão apresentando taxas cada vez mais elevadas e preocupantes, o que tem levado o povo às ruas a exigir do Governo soluções imediatas para a crise.

Com as medidas enérgicas tomadas pelo Governo, recentemente, sobretudo a elevação da taxa de juros, previa-se um reflexo negativo na área social. Dados divulgados pelo Ministério do Trabalho revelam uma tendência negativa nesses próximos meses do ano, fato que passou

a exigir soluções imediatas como as do estímulo às novas contratações. Daí a importância da aprovação do projeto de lei que flexibiliza as relações de trabalho, reduzindo os encargos decorrentes. Apesar da reação do bloco de oposição, ficou comprovado que, em países onde essa flexibilização existe, Inglaterra, Estados Unidos e Holanda, a oferta de emprego passou a ser muito mais significativa.

O combate à criminalidade também estava a exigir providências imediatas. Particularmente o crime do "colarinho branco", a sonegação de impostos, e os ilícitos penais contra o Erário impunham uma nova disciplina do sigilo bancário, o que foi feito, em tempo recorde, pelo Senado Fe-

deral. Também os deveres decorrentes da solidariedade internacional, sobretudo no combate ao tráfico de entorpecentes, requeriam a adoção de mecanismos — a que o Brasil se obrigou por compromissos internacionais — como a punição da "lavagem de dinheiro", e a adoção de pro-

vidências, no meio financeiro, tendentes a evitá-la. Com a aprovação do projeto de lei nº 56, pelo Senado, permite-se uma repressão mais eficaz contra a criminalidade internacional.

Tantas outras iniciativas de peso foram discutidas, votadas e aprovadas nesse curto prazo de 39 dias de convocação: Lei Pelé, que é de fundamental importância para a moralização e reedificação do futebol brasi-

leiro e do esporte, de uma maneira geral. O substitutivo da Câmara que regula os direitos autorais, aprovado em tempo hábil pelo Senado, que teve o reconhecimento expresso e a gratidão da classe artística por representar, ainda, o cumprimento de compromissos assumidos pelo

país com o mundo da arte. E tantas outras iniciativas, como a que define o crime ambiental, além da aprovação mediante cuidadoso exame em operações de empréstimos a unidade da Federação.

O Congresso, o Senado e a Câmara dos Deputados trabalharam muito, com os olhos voltados para os interesses do país. Sua resposta foi rápida e eficiente e já produziu seus frutos: a imprensa internacional não poupou elogios ao país, ressaltando sua energia e vitalidade ao enfrentar suas dificuldades, fato importante para a estabilização de nossas relações econômico-financeiras na área internacional.

Estou orgulhoso de presidir o Congresso Nacional e o Senado Federal neste momento importante na vida do país. O Legislativo se fortalece com sua ação competente, ágil e eficaz. Estou orgulhoso de saber que o Congresso Nacional, com a contribuição inestimável de seus senadores e deputados, cumpriu com dignidade o seu dever.

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES é presidente do Senado.